



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Criado pela Lei Municipal 2.532/91 e alterado pela Lei Municipal nº 5.194/2011

ATA DO 6º ENCONTRO POR VIDEOCONFERÊNCIA (RELATIVO À 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2020)

No dia 3 de setembro de 2020, reuniram-se por meio de videoconferência, às 19h00, os conselheiros e conselheiras **Evalda de Andrade Silva Costa, Tiago da Cunha Fernandes, Josafá Agra de Santana, Andrea Campos Sales Martins, Milton Gonçalves Rocha, Patrícia Aparecida dos Santos Cupertino e Roseli Marques dos Santos Freire.**

A presidente deu boas vindas e reforçou que as reuniões ordinárias são importantes para manutenção das ações do CMEP, enfatizando que, por exemplo, as atas do CMEP estavam sendo solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de SP. Portanto, se as reuniões não estivessem ocorrendo por meio de videoconferências, o colegiado deixaria pendências para o Município. Leu a pauta. Em seguida, leu a ata da reunião anterior.

A pauta teve andamento com a fala de todos os presentes, com vistas à construção de um posicionamento sobre o retorno das aulas presenciais. A presidente enfatizou que, em decorrência de não haver na reunião nenhuma das duas secretárias, ela mesma estaria redigindo a ata.

Josafá Agra disse que é contra o retorno, colocando que o protocolo é insuficiente para as crianças. Citou a forma como a covid-19 se propaga e enfatizou a importância do posicionamento público do CMEP.

Roseli Marques disse que foi feito um estudo pela prefeitura de São Paulo e um quarto das crianças vivem com os avós; isso traria um prejuízo muito grande aos idosos, caso houvesse retorno presencial das aulas. Porém, no Estado talvez pudesse ser diferente, pois a prevenção poderia ser mais fácil; os alunos têm medo do vírus e podem entender; já nas escolas particulares, que também atendem muitas famílias cujas mães trabalham, talvez o retorno dependesse da demanda, de forma que os pais pudessem optar.

Andrea Campos Sales Martins disse ser contrária ao retorno, uma vez que escola, professores e alunos não estavam preparados para esse processo. Citou a responsabilidade do ECA, no que tange à garantia de direitos, como o direito da criança à vida e à saúde. Enfatizou que não temos mãos e braços para punir pai e mãe caso estes decidam não enviar seus filhos às escolas; o município deve se posicionar, as mães precisam trabalhar. Porém, antes do trabalho vem a saúde.

Josafá tomou a fala, destacando que deveríamos ter bom senso, pois teme que com o retorno presencial, a Covid-19 possa se alastrar ainda mais.

Patrícia Aparecida dos Santos Cupertino passou a se pronunciar e frisou que o poder público deveria incentivar o atendimento remoto e que o retorno presencial não é interessante, neste momento. O Estado deve se reorganizar para dar mais apoio aos adolescentes; afirmou que tem uma sobrinha que não está tendo respaldo suficiente e que, em decorrência disso, ela tem perdido o interesse em estudar; Patrícia enfatizou que as atividades do NAP estão passando por um processo de evolução e que o atendimento em hora agenda está sendo bem articulado.

Tiago da Cunha Fernandes passou a se posicionar e ele é contra as aulas presenciais. Afirmou haver uma transferência de responsabilidade do poder público no sentido de este encorajar, por exemplo, o retorno dos docentes sem que, para tanto, estes tenham suporte necessário. Enxerga esse processo como sendo uma condução de políticas emergentes neoliberais, que valorizam o Estado mínimo. Ele sinaliza que as crianças dificilmente primarão pelos protocolos, havendo, assim muitos riscos. Acredita que pais e professores não tenham condição de decidir com segurança o problema da saúde; não sabe como está o diálogo, o posicionamento da prefeitura de Pindamonhangaba. Enfatizou que o retorno deve se dar apenas após o mundo ter descoberto a vacina. Os atuais protocolos não são convincentes.

Milton Gonçalves Rocha concorda com as falas dos anteriores. A retomada presencial não é viável, até porque não haverá oferta de merenda e transporte. São vidas em risco e a vida deve estar em primeiro lugar. Para as crianças, é impossível retorno presencial.

Tiago da Cunha Fernandes retornou com sua fala, mencionando que o programa de recuperação proposta no Estado é delicado. E, embora sendo também um representante do Estado, destacou que prima por seus princípios e valores, enquanto sujeito e cidadão. Ele frisou a necessidade de maior diálogo, de consulta, de construção democrática; qualquer reforma como um projeto de recuperação deve ser largamente discutido por quem a implementaria, por meio de formação docente, uma vez que o operacional dos agentes envolvidos é profundamente mexido. O professor perdeu o ritmo. Portanto, ele defende que haja aproveitamento e implementação dos campos que já estão sendo abertos. Os coordenadores têm conseguido trabalhar remotamente; as equipes estão arregaçando as mangas e procurando caminhos, oportunidades de apropriação do campo remoto. Fala-se muito em educação híbrida, de forma que não coloquemos em risco as populações; afirmou que seria necessário mais tempo para discussão sobre o assunto.

Josafá Agra pede a fala e diz que não somos especialistas para tomarmos decisão técnica. Porém, afirma que não há respaldo para o retorno, uma vez que o isolamento funciona, pois o contato é a primeira forma de propagação da Covid-19. Cansaço de estar só em casa não constitui motivo para retorno presencial, tampouco o aspecto meramente econômico. Disse ser necessário que o CMEP não apoie o retorno e que não compete ao colegiado lidar com as questões da saúde.

Tiago da Cunha Fernandes mencionou que a oferta das atividades presenciais deve ser precedida pela consulta à comunidade escolar. As escolas que ele acompanha são quase que unânimes quanto ao posicionamento de não retomada. O posicionamento dos pais vale muito e o Conselho poderia estar a par dos resultados dessas consultas, desses questionários, como as decisões estão sendo tomadas e se a opinião da comunidade está sendo levada em consideração.

Andrea Campos Sales disse que está sendo feita pesquisa na rede municipal. No dia em que lançaram a pesquisa, era semana de descanso, de forma que muitas pessoas talvez não pudessem ter acesso à mesma. Enfatizou que a Saúde não se manifestou até o momento. Andréia disse estar preocupada porque antes não houve permissão para que a APAE ofertasse atendimento presencial; ao passo que agora o atendimento está sendo encorajado pelo poder público, muito embora o processo não se resuma à mãe largando filhos na escola. Há o agravante de não haver transporte e merenda. A Saúde precisa se manifestar.

Tiago da Cunha Fernandes mencionou que o diálogo é imprescindível e que a esfera da Saúde precisaria embasar a tomada de decisões.

Em seguida, a presidente destacou que, enquanto docente, até pudesse retornar caso houvesse, por exemplo, uma Lei que regulamentasse esse processo. Entretanto, sem vacina, não

enviará seus filhos. Também deixou claro que, de acordo com os dados encontrados no grupo de whats app oficial da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/Seccional SP, muitos municípios já decretaram retorno presencial apenas a partir de 2021. Alguns deles são: Mauá, Limeira, Arujá, Elias Fausto, Mongaguá, Praia Grande, Cubatão, Itanhaém, Alumínio e Osasco.

A presidente agradeceu a fala de todos e disse que o diálogo profícuo não só gerou um posicionamento do colegiado como também uma proposta ao Poder Público, que estaria sendo encaminhada ao mesmo, por meio de uma Nota do CMEP. Para tanto, nesta Nota seriam citadas BNCC, embasando a necessidade de aprimoramento das experiências remotas, no que tange ao pensamento computacional; e que os processos de recuperação possam ser melhor planejados e aplicados *a posteriori*; neste ponto, Tiago da Cunha enfatizou que deve haver investimento nas medidas de educação à distância e nas competências sócio emocionais, na qual o enfoque não seja a proficiência, mas sim a formação da pessoa, para além da recuperação. Seria também citado na Nota o ECA, com vistas à lembrança sobre a garantia de direitos. Neste ponto, Evalda destacou que no mês de maio de 2020, a ONU lançou o documento “Policy Brief: COVID-19 and the Need for Action on Mental Health”, encorajando as nações a investirem em saúde mental. Tiago concordou com esta medida, enfatizando que os professores precisam desse respaldo emocional e físico e que não temos suporte para uma retomada sem que antes haja esse cuidado. E que também fosse investido em materiais para o ensino remoto, como computadores para os professores. Frisou que o Estado não pode gerar medidas disruptivas ou que gerem processos interruptivos e suspensivos, submetendo, assim, o funcionário da educação a condições mentalmente adversas. Tiago mencionou que podemos exigir que o Estado invista em recursos, pois há muitos professores que não têm recursos para o trabalho, que não possuem suporte tecnológico. É momento para se pensar que as condições de trabalho devem ser realmente melhoradas e que essa melhoria é dever do empregador e não caridade. Citou o projeto que fez, junto à rede, sobre a produção de curtas-metragens. Destacou que ficou clara a preocupação dos estudantes sobre a segurança ao trabalho e que essa relação com o poder público é uma lacuna assustadora, como quando somos empurrados ao abismo. “Estamos no limite e fazer concessões fere princípios éticos. O Estado tem que nos dar garantias”, pontuou.

Andrea Campos Sales destacou que é necessário dar amparo aos professores, aos pais, às crianças com dificuldade; devemos valorizar a vida. Mencionou que com a pandemia passou a valorizar muito a figura do professor. Destacou que todo esse processo também possui um fundo político. Afinal, como o brasileiro irá às urnas se na educação não houver retorno presencial? Citou que o direito à saúde se configura como prioritário.

Evalda de Andrade citou o Artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para embasar a Nota. Josafá Agra citou o Artigo 196 da Constituição Federal, com o mesmo objetivo. Milton ressaltou que o segmento privado superior havia voltado presencialmente justo no dia 3 de setembro, mas que, diferente das crianças, os adultos já se comportam com toda responsabilidade, diante do cumprimento de todos os protocolos.

A presidente deu andamento à pauta. Josafá Agra propôs que houvesse mediadas para rastrear e mitigar possíveis abusos, nos lares. Sugeriu a criação salas de Whats app para as crianças terem interação com os colegas, onde o próprio professor detectasse, em meio às mensagens das crianças, possíveis abusos, como os de caráter psicológico.

Tiago da Cunha disse ser este um ponto pertinente, pois acredita que de fato esteja havendo aumento dos casos de abuso. Enfatizou que há rede protetiva que envolve escuta especializada.

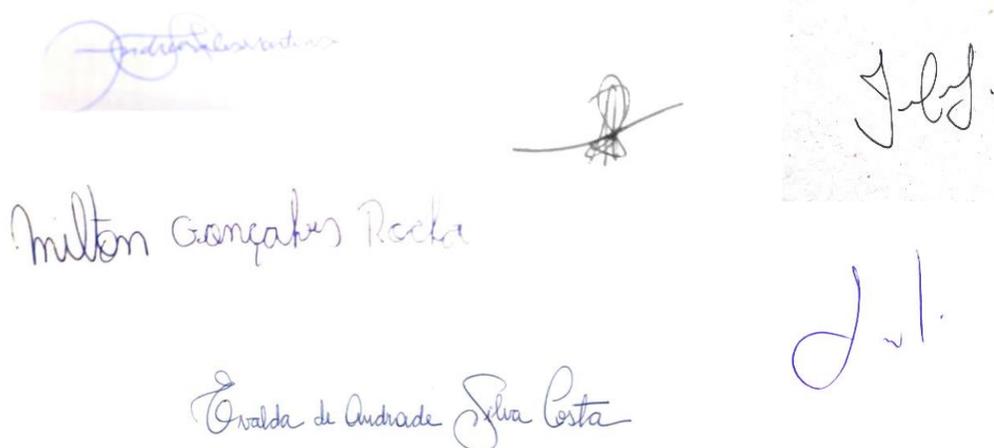
Ressaltou que isso precisa ser articulado junto ao caminho digital, ainda inexplorado. Sugeriu que a rede protetiva de Pindamonhangaba fosse consultada.

Andrea Campos Sales disse haver hoje no município um Sistema de Garantia de Direitos, como o do colégio Salesianos, no qual há uma sala com escuta especializada, agendamento para a criança e para os familiares. A escuta especializada ensina como captar se a criança é vítima ou não. Disse que em Pindamonhangaba, entretanto, esse processo caminha devagar, pois os setores não se comunicam em perfeita harmonia. Destacou que o Conselho Tutelar não mantém uma logística na qual tudo possa funcionar rapidamente. Assim, frisou que o Conselho Tutelar deve ter capacitação técnica, treinamento para otimizar os encaminhamentos de casos de abusos.

Josafá Agra sugeriu que o CMEP trouxesse, à próxima reunião, representantes do Conselho Tutelar para um diálogo. Tiago da Cunha afirmou que essa interação é pertinente e que, a partir daí, talvez pudéssemos construir coisas boas. No Estado, existe uma abertura para formação de professores, em ATPC, e cada área pode trazer pessoal com experiências e conhecimentos vários, que somariam ao todo, quando compartilhados. Andrea Campos Sales disse que, além de convidarmos representantes do Conselho Tutelar, poderíamos também convidar representantes da Delegacia da Mulher e do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), para averiguar como estão se processando as políticas públicas no município ligadas ao Sistema de garantia.

Evalda de Andrade, assim, passou ao outro ponto da pauta, apresentando o projeto “Liberdade responsável nos meios digitais”, que ela está coordenando, junto a professores da escola estadual Isis. Explicou a fundamentação e objetivo do projeto, cujo produto será uma publicação digital, contendo um conto que adapta a legislação, ligada a crimes informáticos no Brasil, para o público jovem. Esse conto será ilustrado pelos próprios alunos da escola. Ela solicitou que o CMEP pudesse atuar como parceiro do projeto, compartilhando logo e chancela. Os conselheiros e conselheiras acharam a ideia pertinente e votaram a favor. Após os agradecimentos, a reunião foi encerrada.

Eu, Evalda de Andrade Silva Costa, presidente, redigi esta ata, assinada digitalmente por mim e pelos demais conselheiros.



Milton Gonçalves Rocha

Evalda de Andrade Silva Costa

Jul. J. I.